

Entrevista

Entrevista com Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior

Fábio José de Queiroz

Resumo

Nesta entrevista o professor Carlos Zacarias de Sena Junior, da Universidade Federal da Bahia, recupera sua trajetória acadêmica, refazendo o percurso que o conduzirá à Ciência da História, tratando ao mesmo tempo de temas históricos aos quais ele devota absoluto interesse, dentre os quais a história do PCB e de seus impasses estratégicos, a emergência do neofascismo no Brasil, à luz do crescimento dos grupos de extrema direita, em particular, do bolsonarismo, as tarefas da esquerda e, finalmente, os desafios da universidade pública na atual quadra política.

Palavras-Chave: História. Esquerda. Neofascismo.

Interview with Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior

Abstract

In this interview, Professor Carlos Zacarias de Sena Junior, of the Federal University of Bahia, recovers his academic career, retracing the path that will lead him to the Science of History, dealing at the same time with historical themes to which he devotes absolute interest, among which the history of the PCB (Brazilian Communist Party) and its strategic impasses, the emergence of neo-fascism in Brazil, in the light of the growth of extreme right-wing groups, in particular, the Bolsonarism, the tasks of the left and, finally, the challenges of the public university in the current political situation.

Keywords: History. Left. Neofascism.

Texto integral

Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior é Graduado em História pela Universidade Católica do Salvador (1993), Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (1998) e Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2007). Em 2006 esteve na Universidade do Porto, Portugal, realizando um estágio de pós-doutorado como bolsista da CAPES. É Professor Associado 3 do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA). É membro do Conselho Editorial das revistas Outubro, Crítica Marxista, História & Luta de Classes, Tempos Históricos e Germinal. É autor de diversas obras, dentre as quais Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. 1936-1948 (São Paulo: Annablume, 2009) e De tédio não morreremos: escritos pela esquerda (Salvador: Quarteto, 2016).

1 - Você poderia nos falar um pouco de seu processo de formação profissional e de como chegou à universidade?

Carlos Zacarias: Tenho formação em História de uma ponta à outra, da graduação ao doutorado, incluindo um pós-doutorado feito na UFF em 2019. Fiz minha graduação na Universidade Católica do Salvador (UCSal), que antes do meu ingresso havia formado grandes historiadores baianos, como João José Reis, Antonio Guerreiro de Freitas, Ubiratan Castro de Araújo, nosso querido Bira Gordo que dirigiu a Fundação Palmares e faleceu precocemente em 2013, entre outros. Depois cursei o mestrado na UFBA, entre 1994 e 1997, em que pesquisei o pequeno proprietário de escravos em Salvador em fins do século XIX e, em seguida, o doutorado na UFPE, entre 2003 e 2007, quando estudei o Partido Comunista do Brasil (PCB), e, entre 1936 e 1948, tive a oportunidade de ter uma bolsa sanduíche na Universidade do Porto, o que me proporcionou uma temporada de oito meses em Portugal sob a supervisão do historiador Manuel Loff, de quem me tornei amigo desde então.

Nos tempos da graduação ainda fiz um período de dois anos no curso de Ciências Sociais da UFBA, que terminei abandonando por diversos motivos, entre os quais a impaciência de um jovem que queria trabalhar e pretendia se formar rápido, algo que numa universidade federal nos anos 1990 era muito difícil. Hoje eu lamento ter largado o curso de Ciências Sociais, que era bastante melhor que o curso que eu fazia na UCSal, mas minha turma era muito diferenciada e isso também me levou a optar por História, uma área pela qual me apaixonei logo nos primeiros semestres e que me fez pensar em fazer graduação desde muito cedo. O curso de Ciso (como chamamos aqui na Bahia) me deu muitas referências teóricas importantes, que hoje utilizo nas minhas aulas de Introdução ao Estudo da História oferecidas a alunos do primeiro semestre de História e também de Ciências Sociais, mas foi na UCSal que me encontrei, tanto pelas amizades que fiz e que trago comigo até hoje, como por alguns grandes professores que tive e que foram para mim uma referência fundamental.

2 - Por que exatamente a História?

CZ: Curiosamente meu interesse na época em que fiz vestibular não foi pela História. Apesar de ter me aproximado da disciplina no primeiro e no segundo ano do ensino médio por influência de um professor de Geografia que eu tenho por meu grande mestre, Zilton Rocha, que recomendava livros como *As veias abertas da América Latina* aos seus alunos pouco interessados, eu nunca fui muito apaixonado pela História durante o período escolar. Eu havia servido o exército em 1987, durante o governo Sarney. A experiência do serviço militar me fora muito marcante, já que próximo da saída da Ditadura e, ainda sem a reconstitucionalização do país, as marcas do arbítrio ainda eram muito presentes, tanto que em abril daquele ano, com dois meses de caserna e poucas semanas depois de passar pelo estande de tiro, onde havia aprendido a atirar com o fuzil (o famoso FAL, fuzil automático leve, de calibre 765), meu batalhão foi enviado

para reprimir uma greve de petroleiros e aquilo me pareceu um completo absurdo, já que estávamos todos os soldados, com fuzil carregado e baioneta calada monitorando os trabalhadores que faziam piquetes pacíficos na porta da refinaria de Candeias, na Bahia, com ordem explícita para atirar, caso fosse “necessário”. Por sorte não foi “necessário”, então passávamos boa parte do tempo montando guarda para os membros da companhia (minha companhia era a 2ª do 19BC) e fazendo exercícios de controle de distúrbio, o que era exaustivo e tinha características de ser capaz de promover um massacre contra civis. Essa experiência, conjugada a algumas outras vivências relacionadas ao empobrecimento da família após a separação dos meus pais e um processo que minha mãe teve que responder no Inbra (minha mãe foi servidora de nível médio do Inbra por toda a vida), levaram-me a questionar as condições de subdesenvolvimento do país e as condições que nos tinham sido impostas pela Ditadura Militar, colocando para mim o imperativo de tentar compreender a situação e de ao mesmo tempo ser crítico das condições de pobreza e dependência do Brasil, contra as quais eu estava começando a querer lutar. Por conta disso, resolvi que queria ser sociólogo, porque entendia que a área me ofereceria as ferramentas para o estabelecimento dessa crítica.

A Sociologia não entrou na minha vida por acaso, já que meus pais são formados na área, mas só o meu pai chegou a exercer a profissão. Acontece que meu pai também é formado em História, um curso que fez quando eu já havia nascido na mesma Universidade Católica em que dez anos depois eu ingressaria. É curioso que alguns dos professores de meu pai foram também meus, e muitos tinham isso em conta quando eu na ousadia dos meus 20 anos, confrontava os mais reacionários, acostumados com os tempos da ditadura e ressentidos pela redemocratização e por receberem tantos jovens que um professor chamava de “melancias”, verdes por fora e vermelhos por dentro.

Apesar desse fato que não pode ser chamado de coincidência, não entrei no curso de História ou de Ciências Sociais por influência de meu pai ou de minha

mãe, mas pelas circunstâncias que aponte. No caso da História, foi quase por acaso que marquei essa opção na UCSal. Convicto de que o que eu queria mesmo era ser sociólogo, porque pensava que a Sociologia me ofereceria a ferramenta da crítica, e como não havia Ciências Sociais na Universidade Católica, optei por História depois por exclusão de alternativas como Economia (não era muito chegado à matemática), de Filosofia (temia que a influência religiosa fosse predominante numa instituição católica) e de Geografia (amava a parte das humanas, mas não era tão chegado à Geografia física).

3 - Ainda há espaço para um marxista no campo acadêmico?

CZ: Essa pergunta não pode ser respondida de forma geral. Na academia, há áreas onde a presença de marxistas é mais evidente, muito embora eu não conheça nenhuma em que estes sejam maioria. Nas ciências humanas e áreas adjacentes, há bastante mais marxistas no Serviço Social, na Educação e em alguns nichos da Sociologia e da Ciência Política do que há na História, por exemplo. Nesta área, o marxismo está diluído em muitas referências ou convive em simbiose com concepções teóricas outras. Há casos curiosos na História, como thompsonianos que não são marxistas e alguns chegam mesmo a ser antimarxistas, o que, neste caso, é um paradoxo. Excluindo-se os antimarxistas não posso dizer que os thompsonianos que não reivindicam o marxismo, são maus historiadores, muito ao contrário. Há diversos excelentes historiadores que não são marxistas, thompsonianos ou não. O que me parece um problema, entretanto, é a grande ignorância dos historiadores de modo geral com a teoria, e aqui eu não me refiro às teorias da história propriamente ditas, mas as teorias e as epistemologias que formaram as grandes concepções teóricas das ciências humanas e da filosofia, muito especialmente o marxismo. Neste terreno, a propósito, boa parte do antimarxismo que informa as novas gerações de historiadores advém do fato de que nossa área não apenas deixou de ler Marx e

os marxistas, mas se recusa a dialogar com quem pretende fazê-lo, quando não se firma um preconceito com os marxistas, que são os únicos historiadores cujo adjetivo acompanha o substantivo (os historiadores marxistas são chamados assim, mas nenhum outro historiador é chamado com o adjetivo vinculado, ou seja, não se falam de historiadores pós-modernos, liberais, weberianos, etc). O resultado disso é que os marxistas na História são marginais nos cursos de graduação de quase todas as universidades, nos programas de pós-graduação e dentro da Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil). Na ANPUH os marxistas se agrupam, sobretudo, no Grupo de Trabalho História e Marxismo, que propõem simpósios temáticos por ocasião dos Simpósios Nacionais e dos Encontros Estaduais e também publica a revista História & Luta de Classes, que em 2024 vai fazer 20 anos de existência.

4 - Há uma tendência a se considerar que os principais historiadores marxistas são ingleses, ou mais amplamente, britânicos. Você concorda com essa análise e qual o lugar da historiografia social inglesa em sua formação?

CZ: Não há dúvida de que a principal escola historiográfica de marxistas a influenciar os historiadores brasileiros é a britânica. Contudo a presença de marxistas é notada também em outros países europeus e também nos Estados Unidos. Na Europa a presença de Josep Fontana, que tem alguma penetração no Brasil, deve ser mencionada, assim como os trabalhos de Enzo Traverso, historiador italiano bastante influenciado por Walter Benjamin e que recentemente vem sendo publicado entre nós. Na França, o país da Escola dos Annales, a presença de marxistas foi obscurecida tanto pela luminosidade das sucessivas gerações dos Annales quanto pelo fato de que devia ser impossível disputar a história com o Partido Comunista Francês, muito forte depois de 1945, inclusive nos meios intelectuais, onde teve a adesão de prestigiados intelectuais

públicos, como Sartre e Foucault. É obvio que nenhum grande intelectual durou muito num partido da dimensão do PCF dirigido pela mão forte de Maurice Thorez, mas a presença do marxismo entre os franceses se faz sentir em historiadores como Albert Soboul, Pierre Villar, Michel Vovelle, entre outros. Entretanto eu penso que a onipresença do PCF nos meios intelectuais terminou criando uma distorcida compreensão do que poderia ser uma historiografia efetivamente marxista. Para se ter uma ideia, referindo-se à Trotsky, Paul Veyne diz que o revolucionário russo não era marxista, a não ser na sua profissão de fé. O que Veyne entende por marxismo é o que boa parte dos intelectuais franceses entendiam, vendo o PCF desde a ortodoxia. E isso num país de forte influência trotskista. A propósito do assunto, reputo em Daniel Bensaïd, o filósofo trotskista ligado ao SU, uma das mais importantes contribuições ao marxismo aplicado à história que se pode ter. O livro *Marx, o intempestivo* é uma obra prima do pensamento marxista, com larga influência das leituras de Gramsci e de Trotsky feitas por Bensaïd. Sobre a presença de marxistas na historiografia estadunidense, há alguns anos a revista *Outubro* publicou um artigo de Kevin Murphy, “Podemos escrever uma história da Revolução Russa? Um debate tardio com Eric Hobsbawm”, em que o historiador e professor da Universidade de Massachusetts apontou a existência de um grupo de “talentosos” historiadores sociais de formação marxista, composto por Alexander Rabinowitch, Steve Smith, Lars Lih, Lynne Viola, Stephen Cohen, quase todos desconhecido dos brasileiros. A parte os marxistas dispersos em diversos países, e os historiadores sociais estadunidenses, estudiosos da Revolução Russa e pouco conhecidos entre nós, não há dúvidas de que a historiografia marxista britânica é a mais influente no Brasil, sendo também importante na minha formação. Sobre o assunto, e a propósito da influência dos ingleses na minha formação, aproximei-me bastante de Thompson no fim do curso de graduação, quando fui apresentado ao autor de *Formação da classe operária inglesa* pelo professor Afonso Florence (hoje deputado federal do PT da Bahia). Afonso foi bastante importante na minha

formação, como foi também Alberto Heráclito Ferreira Filho, que me apresentou Foucault e outros autores pós-estruturalistas. Mas como meu interesse era, sobretudo, quanto aos marxistas, fiquei fascinado com as leituras de Thompson, muito especialmente com a possibilidade de usá-lo para estudar a escravidão no mestrado, o que terminou não acontecendo por motivos diversos. Se Thompson me ajudou nas leituras sobre a escravidão no Brasil, Hobsbawm me influenciou na reflexão sobre as revoluções e sobre o século XX e, mais recentemente, me ajuda a entender o revisionismo, muito especialmente através do livro *Ecos da marselesa*. No final das contas, como no doutorado estudei um partido de esquerda, um tema que foi sempre do meu interesse, da historiografia britânica Hobsbawm terminou sendo mais influente nas minhas reflexões e permanece iluminando meus estudos, em que pese que o debate desenvolvido por Murphy contra Hobsbawm que citei acima tenha me dado a impressão de que o estadunidense estivesse coberto de razão.

5 - Que historiadores(as), no Brasil, marcaram sua formação intelectual?

CZ: Como minhas áreas de interesse variaram ao longo das décadas, fui influenciado por historiadores de temas bastante distintos. Quando estudei a escravidão, gostava bastante das obras de João Reis e dos historiadores da Unicamp, como Sidney Chalhoub e Sílvia Hunold Lara. Nesse território, por paradoxal que seja, aprecio bastante a obra de Jacob Gorender, mesmo achando que suas reflexões foram superadas pela nova historiografia da escravidão. Apesar disso, acho *A escravidão reabilitada* de Gorender um grande livro de polêmica, não obstante eu ache que ele esteja errado na maior parte do tempo, muito especialmente no debate com Kátia Mattoso e ainda mais contra os historiadores da Unicamp. Mas Gorender também me influenciou através do seu livro *Combate*

nas trevas, que foi para mim a porta de entrada nos estudos sobre a esquerda. Como fui professor de História do Brasil durante os 16 anos em que ensinei na Universidade do Estado da Bahia (Uneb), o debate sobre a Revolução de 1930 me levou a uma primeira aproximação das teses de Edgar de Decca, de quem era admirador das discussões sobre memória que nem sonhava que um dia viria a fazer. De uma aproximação inicial, entretanto, terminei me afastando das teses do professor da Unicamp convencido de que por mais sofisticada que fossem suas leituras elas não se sustentavam diante da fartura de evidências que tinham sido trazidas por Boris Fasto, que via a Revolução de 1930 como uma espécie de revolução passiva.

Nos meus estudos sobre o PCB, sou apreciador da obra de Marly Gomes Vianna, Dainis Karepovs, Marco Del Roio, além de Anita Prestes. Tais autores me acompanharam na elaboração da minha tese de doutorado e permanecem influenciando minhas reflexões sobre o PCB. Na última década, além de ter me tornado um leitor mais atento da obra de Florestan Fernandes, que é para mim o que melhor consegue explicar nossa situação de dependência, tenho interagido com historiadores que integram o GT História e Marxismo e adjacentes e é com eles que troco boa parte das minhas experiências, sendo eles atualmente os que mais influenciam a minha atuação e formação permanente.

6 - Quais têm sido seus objetos preferenciais de pesquisa?

CZ: Nos últimos 20 anos meus estudos se concentraram no século XX, muito especialmente na história das esquerdas e do PCB. Há coisa de 10 anos, contudo, tenho me interessado pelas discussões da relação entre a história e a memória, tema que me foi introduzido inicialmente por Manuel Loff, bastante depois de eu me sentir atraído pela abordagem de Edgar de Decca. A propósito do assunto, quando fiz a bolsa sanduíche em Portugal, conhecia muito pouco das relações entre a história e a memória, mas vinha acompanhando as incursões e o

debate público travado pelo amigo português num país que via o revisionismo sobre a ditadura salazarista ganhar espaço. Na época, apesar de achar interessante, não abri nenhum flanco de discussão sobre a memória, mas com o advento das leituras revisionistas sobre a Ditadura Militar brasileira, que começaram a ganhar terreno por ocasião da passagem dos 40 anos do golpe de 1964, comecei a me aproximar do tema, muito em função da crítica ao revisionismo iniciada por Caio Navarro de Toledo e continuada e aprofundada por Demian Melo.

Da minha aproximação com a memória, comecei a investigar os anos de fundação do Partido dos Trabalhadores com atenção voltada para a memória construída em torno do assunto. Nos últimos anos, contudo, com o advento da extrema direita fascista, passei a me ocupar também dessa corrente que tinha tratado de modo *an passant* nos meus estudos sobre os comunistas na conjuntura da guerra. Nesse terreno, costumo dizer que mais do que nunca, tomei a tarefa de interpretar o mundo junto com a urgente necessidade de transformá-lo, já que nunca pretendi estudar o fascismo de que fungava no meu cangote de modo diletante. Por conta disso, iniciei um roteiro de leituras extensas, que deram ensejo a diversos textos que publiquei em coletâneas e revistas acadêmicas, além de intensificar minha escrita quinzenal em minha coluna do jornal *A Tarde* e em periódicos como o *Le Monde Diplomatique* e o site *Esquerda Online*. Alguns desses artigos, uns mais extensos e outros bem curtos, foram reunidos no livro *Onde nascem os monstros: extrema direita, bolsonarismo e performance fascista*, que publiquei em 2022 pela Quarteto e que suponho ser o fechamento de uma trilogia de reflexões sobre o período recente bastante tumultuado de nossa história inaugurado com o livro *De tédio não morreremos* (Quarteto, 2016), ao qual se seguiu *Foi golpe!* (Quarteto, 2018). Apesar de esses livros trazerem artigos escritos para a imprensa, os dois primeiros com textos exclusivamente publicados em minha coluna no jornal *A Tarde*, estimo que sejam uma reflexão de história imediata feita por um historiador do tempo presente.

7 - Nossa revista se chama Ser tão História. Alguém falou por esses dias que isso é história local/regional e que a história local/regional é a doença infantil da historiografia. Nesse sentido, você vislumbra possibilidades para uma história do sertão? De sua gente? De suas produções? De sua cultura?

CZ: Antes de ser professor da UFBA, onde ingressei em 2010, fui professor de uma universidade multicampi e estive vinculado ao mestrado de História Regional e Local dessa mesma instituição, a Uneb. Na Uneb aprendi que o processo de regionalização da pesquisa é a única forma de alcançarmos o universal. Não sou especialista em história regional, minha tese de doutorado ficou na experiência do PCB no plano nacional, apesar de boa parte da minha história ter sido escrita sobre os comunistas baianos. Mas nunca entendi que estava fazendo história regional por partir da Bahia, porque nenhum historiador do sudeste acha que faz história de São Paulo ou do Rio porque seus estudos são locais. Apesar disso, creio muito na importância das localidades, das regionalidades na elaboração de uma verdadeira história do Brasil, portanto não acho que haja nenhuma doença infantil da historiografia em se falar em história regional e local, a não ser do ponto de vista de algumas abordagens que não tomam o real como ponto de partida das suas histórias. Ou seja, mesmo sem ser especialista no tema, e me refiro a não ser especialista no sentido empírico e também metodológico, estimo ser da maior importância dar espaço a historiadores e historiadoras que dos seus lugares investigam o local, a economia, a cultura, a linguagem, a sociedade, a gente e a política.

8 - Partindo da questão anterior, e ampliando seu escopo, há futuro para História? E qual o papel da história e do historiador?

CZ: Se não houver futuro para a história, o que teremos é a pior das distopias, algo como o descrito na obra de 1984, de George Orwell. Nela o personagem Winston Smith, que trabalha no Ministério da Verdade da Oceânia, um dos três Estados fictícios de um mundo pós-guerra, é encarregado de fabricar o passado de acordo com o interesse do Grande Irmão. Há uma passagem do livro de Orwell que nos dá bem essa dimensão de um mundo cuja história está a serviço do governante totalitário, quando ele se recorda que a Oceânia aparece no único jornal que existe, e que ele é um dos encarregados de editar, como estando em guerra desde sempre contra a Eurásia (um outro país fictício), mas ele se recorda que há não menos de quatro anos o seu país esteve em guerra contra a Lestásia, mas como não havia registro, isso estava apenas em sua memória que ele sabia que em breve estaria aniquilada, porque ele tinha consciência de que estava cometendo crime de pensamento. 1984 é uma distopia que tem muito a nos dizer sobre o papel da história e sua função subversiva, quando posta a serviço dos oprimidos. A história como disciplina vem sendo atacada desde sempre no Brasil, pelos ditadores e por alguns que se supõem democratas. Recentemente o ensino escolar da nossa disciplina teve um imenso revés com a reforma do ensino médio, que diminuiu carga horária, impondo aos nossos colegas da educação básica a necessidade de ensinarem disciplinas fabricadas ao gosto dos ultraneoliberais, como projeto de vida e empreendedorismo. Portanto o que digo é que se não há futuro para a história, não há futuro para a humanidade como a conhecemos, porque não podemos existir sem sabermos o que somos, de onde viemos e para aonde podemos caminhar. O papel dos historiadores é, com efeito, se colocar ao lado dos oprimidos, lutar pela emancipação humana que é, na perspectiva benjaminiana, a única alternativa para salvar os nossos mortos dos nossos inimigos de modo a fazer com que o passado nos pertença em sua plenitude. Mas há tarefas imediatas também a se cumprir, do meu ponto de vista, e a primeira delas é lutar pela revogação da reforma do ensino médio e trabalhar para que conteúdos voltados

aos estudos dos regimes nazifascistas e da nossa Ditadura sejam incrementados em sala de aula. Não podemos sonhar com democracia, justiça e emancipação humana sem educarmos as novas gerações numa lógica que refute peremptoriamente a extrema direita e o fascismo.

9 - Como você encara, dentro e fora da História, essa discussão em torno da chamada "crise das utopias"?

CZ: Não há dúvida de que as utopias entraram em crise a partir dos anos 1980, com a estagnação da URSS e, principalmente, depois de 1989, com a queda do Muro de Berlin e a desagregação do socialismo real. Parece-me que nesse aspecto determinados setores do marxismo, especialmente aqueles vinculados ao trotskismo, erraram ao imaginarem que os obstáculos para a superação do capitalismo haviam sido removidos com o fim do socialismo burocrático. Eu ingressei na graduação em História justamente no ano de 1989 e fazia coro com os que não cultivavam ilusões dizendo que o Muro de Berlin não havia caído na minha cabeça, mas caiu sim. Caiu na cabeça de todos nós, na medida em que o horizonte de expectativa (para usar uma linguagem que os historiadores conhecem) havia se reduzido a um presente contínuo e desesperançoso. Com efeito, ainda que a crise maior tivesse sido dos marxistas, principalmente daqueles que acreditavam o a experiência da URSS e do Leste Europeu, além da China e de Cuba, era aquilo que de melhor representava o futuro, na medida em que o marxismo perdeu terreno junto às novas gerações, as perspectivas de futuro foram dominadas pela ideia de fim da história enquanto a linguagem, esse poderoso instrumento de representação do real, foi colonizada, como apontou Enzo Traverso. Nesse sentido, dizer-se socialista nos anos 1990 parecia ser uma aberração e era isso que acontecia com um jovem na casa dos 20 anos que como eu iniciou a militância no mesmo momento em que a primeira e mais importante

experiência revolucionária, aquela que teve o proletariado como protagonista, encerrava seu ciclo.

Entretanto, dizer que as utopias entraram em crise não é concordar com as teses de fim da história, tese esta arrotada pelos eufóricos do capitalismo. A crise das utopias não é definidora das condições em que a história acontece, porque se fosse assim admitiríamos que apenas a *virtu* é o que importa no modo como as sociedades e os povos se desenvolvem. Qualquer historiador, marxista ou não, sabe bem que o modo como as coisas acontecem não se restringem aos dispositivos de vontade, haja vista que, na magnífica síntese de Marx, que abre o fabuloso livro *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*, os homens fazem a história, mas não a fazem como querem, e sim em condições que lhe foram legadas e transmitidas pelo passado. Portanto, queiramos nós, que vivemos esse tempo de crise das utopias, ou não, o futuro vai refazer as perspectivas que no passado eram certezas para nós e as utopias vão ressurgir, apesar dos pessimistas, apesar da sua crie, apesar de todos os que disserem que a história chegou ao fim. Nesse aspecto, acho fantástico que Hobsbawm tenha dito quando publicou *Era dos extremos* em 1994, no auge da crise das utopias e de euforia liberal, que ninguém que tivesse visto em retrospecto um século em que não mais que um punhado de estados existentes deixou de passar por revoluções, contrarrevoluções, golpes de Estado, ditaduras, apostaria um centavo do seu dinheiro no triunfo universal da mudança pacífica e constitucional. Veja, Hobsbawm disse isso em 1994 e um ano depois François Furet publicou o seu livro *O passado de uma ilusão*, em que fazia um balanço absolutamente negativo da experiência do socialismo, experiência esse a que ele tinha aderido como stalinista. A perspectiva exposta por Furet, segundo aponta Traverso, terminou sendo tomada pelos franceses como a definitiva, de modo que, segundo o historiador italiano, *Era dos extremos* levou dez anos para ser traduzido na França. Hobsbawm, obviamente, estava certo, e esse acerto só lhe foi possível por não descreer das condições necessárias

da história e por seguir acreditando que os homens continuarão fazendo a história e, desse modo, serão capazes de refazer também as utopias.

10 - Qual sua análise das impositões irracionistas e pós-modernas?

CZ: Se essa pergunta me tivesse sido feita há 25 anos, eu penso que teria sido mais duro em relação à influência das correntes pós-modernas nas ciências humanas e na história. Hoje, contudo, na medida em que percebo que essas correntes perderam força e já não são mais capazes de travar um combate em pé de igualdade com as correntes racionalistas, fundamentalmente com o marxismo, eu acho que o balanço tem que tomar outros pressupostos. Digo isso porque penso que as primeiras respostas dos marxistas ao advento do pós-estruturalismo, de onde derivam as interpretações que, grosso modo, chamamos de pós-modernas, foram frágeis, insuficientes e apressadas. Isso aconteceu porque o próprio marxismo estava petrificado em meio às interpretações estruturalistas, essas que reduziam a história a esquemas explicativos baseados numa vulgata que seus críticos apontavam como deterministas, economicistas, reducionistas e por aí vai. Por conta disso, vejo que o advento das teses irracionistas, que desafiaram o marxismo em seus postulados, serviram para sacudir o campo teórico formado pelos seguidores de Marx e Engels. O que adveio daí foi a renovação do marxismo, a descoberta de muitos outros Marx, o Marx crítico da razão histórica, como aponta Bensaïd, o Marx das margens, como propõe Kevin Anderson, um Marx distante da vulgata que os stalinistas e estruturalistas lhe enfiaram. Da descoberta desse outro Marx, emergiram uma nova espécie de marxistas, alguns que não sucumbiram com a crise das utopias, renovando seus métodos, bebendo em fontes profícuas que não eram necessariamente marxistas, mas nem por isso abandonando o postulado de que a luta de classes é o que move a história. Por isso, costumo dizer que o pós-modernismo, ao dar trabalho aos marxistas, fez

com que estes se levantassem da cama confortável em que havia deitado, para reconstruírem seus caminhos, de modo eficaz, competente e necessário.

11 - Nas suas pesquisas, qual a importância da história do Partido Comunista Brasileiro?

CZ: Desde a graduação que eu me interessava por pesquisar a esquerda. A atmosfera da transição à democracia, as transformações todas que começamos a ver no Brasil, o fortalecimento do Partido dos Trabalhadores e a legalização dos PCs, minha aproximação com correntes de esquerda, o que a partir de 1988, um ano depois de eu ter feito o serviço militar obrigatório e as leituras que vinha empreendendo e que se aprofundaram nos primeiros anos da graduação, sobretudo *Combate nas trevas*, de Gorender, criaram em mim um desejo de estudar a esquerda. Todavia fui desmotivado do desejo de estudar a esquerda quando parti para fazer o mestrado em função do fato de que não havia especialistas no tema na UFBA. Por esse motivo, assim que me coliei grau na UCSal, me inscrevi num curso do CEAO chamado “Leituras sobre a escravidão no Brasil”, oferecido por Afonso Florence, o que me colocou diante da possibilidade de estudar a escravidão, algo que foi intensificado pela amizade com Alberto Heráclito, com quem pesquisei a história das mulheres pobres em Salvador, um contingente de pessoas negras egressas da escravidão ou com ascendência próxima com ancestrais que haviam sido escravizados. Juntando a fome com a vontade de comer, como diz o ditado, ingressei no mestrado em História na UFBA com o tema do pequeno proprietário de escravos, sendo orientado por Maria Inês Côrtes de Oliveira, que havia chegado de um doutorado na França em que havia sido orientada por Kátia Mattoso. A conclusão do mestrado não foi das experiências mais felizes que tive na vida, porque tive problemas pessoais, que não foram percebidos da forma adequada por mim nem pelas pessoas próximas. Com o diploma de mestrado na mão, e já como professor

da Uneb, fui morar em Jacobina, onde lecionava, em 1997, tão logo me casei. Em 2000, as universidades estaduais da Bahia prepararam uma greve e eu que já vinha me aproximando do movimento docente, caí para dentro do comando de greve, ocasião em que rompi com o PT, partido no qual eu militava desde 1988, vindo a ingressar no PSTU no ano seguinte. A experiência de militância nesse partido trotskista, onde cheguei a ser candidato a governador em 2002, me reaproximou das leituras marxistas e me fez voltar a me interessar por pesquisar a esquerda. Em 2003 armou-se um grupo de professores que inscreveu um projeto no Programa de Qualificação Institucional (PQI), um projeto que vinha para substituir o Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD) extinto por FHC, em parceria com a UFPE. Montei um projeto para estudar o PCB depois de concluir que para entender a luta armada era fundamental recuar no tempo para pesquisar o partido matriz de toda a esquerda, que era o Partido Comunista. Com o projeto aprovado, diferente do que havia ocorrido no mestrado, passei todo o ano de 2003 no Recife, onde criei as condições ideais para desenvolver minhas pesquisas, desenvolvidas em vários arquivos do Brasil e em Portugal. Com efeito, empreendi os estudos, o que resultou na tese *Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível. 1936-1948*, indicada pelo programa ao prêmio capes de teses, depois publicada em livro pela Annablume, em 2009, com o título *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. 1936-1948*. O livro, que esgotou a tiragem inicial de mil exemplares, teve uma segunda edição publicada pela Edufba em 2022, no centenário do PCB, trazendo, além do prefácio da edição anterior, um prefácio à nova edição, escrito por Marly Vianna, que disse tratar-se de um dos melhores livros já escritos sobre o PCB. O Partido Comunista, portanto, entrou no foco dos meus interesses a partir do início do século XXI, para não sair mais, haja vista que desde então venho pesquisando temas afins e orientando trabalhos na área, em nível de mestrado e doutorado.

12 - Qual o lugar da história da esquerda no estágio atual da pesquisa histórica no Brasil?

CZ: O interesse pela esquerda se incrementou substancialmente a partir da chegada do PT ao governo central do país. Partidos e movimentos de esquerda sempre estiveram no radar da Ciência Política e da Sociologia, por motivos óbvios, mas os historiadores mesmo só chegaram ao tema a partir da década de 1990, tanto que o Grupo de Trabalho Partidos e Movimentos de Esquerda no Brasil, que existia na ANPOCS desde a década de 1990, surgiu na ANPUH nos anos 1990 com o título História dos Partidos e Movimentos de Esquerda no Brasil. O GT não teve vida longa na ANPUH, por motivos que não saberia explicar, mas foi dessa iniciativa que surgiu o projeto sobre a história do marxismo no Brasil, uma reprodução nossa de uma iniciativa fundamental sobre a História do Marxismo empreendida por Eric Hobsbawm e publicada em 12 volumes entre fins os anos 1970 e inícios dos 1980. O projeto brasileiro teve percalços, tanto que sua conclusão levou mais de uma década para se efetivar, o que fez com que a iniciativa começada sob o selo da editora Paz e Terra terminasse por ser concluída pela Editora da Unicamp, com a publicação de seis bons volumes sobre a história da esquerda no Brasil. Além dessa coleção, nos anos 2000, Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira organizaram a coleção As esquerdas no Brasil, em três grossos volumes, trazendo parte dos mais importantes estudiosos da esquerda no Brasil. Entre meados da década de 1980 e a primeira década do século XXI o Brasil teve, com efeito, os mais importantes estudos sobre a sua esquerda, algo que começou a refluir com o início da segunda década do século, quando o PT sofreu uma grande crise e terminou por ser golpeado em 2016. A ascensão da extrema direita, que se seguiu ao golpe, se não interrompeu os estudos sobre os partidos de esquerda, representou um ponto de inflexão importante nessas pesquisas, já que o foco do interesse dos historiadores do político, antes majoritariamente depositado nos partidos e

organizações de esquerda, passou a se dividir com os agrupamentos das direitas e da extrema direita fascista. Com a vitória de Lula, entretanto, estimo que possa ocorrer um recrudescimento das pesquisas voltadas para os partidos de esquerda, com a concentração habitual no PCB e cada vez mais no PT.

13 - Que analogia você estabelece entre o velho fascismo do entreguerras e os novos movimentos de cunho neofascista que cresceram no começo deste século?

CZ: As analogias servem aos historiadores para que se tracem paralelos entre experiências do passado e do presente. Feitas com cuidado, são fundamentais para que se formulem conceitos e, eventualmente, se estabeleçam os traços de continuidade e ruptura entre fenômenos tidos por semelhantes. Da mesma forma, costumamos traçar analogias como modo de identificar as “famílias” ideológicas. O fascismo contemporâneo, mesmo sem repetir o fascismo histórico, porque nenhuma experiência histórica se repete, já que a história só se repete como farsa como força de expressão, é da mesma família do fascismo histórico, embora não o reivindique. Na verdade, o fascismo e o neonazismo só são reivindicados contemporaneamente por correntes marginais, quase todas residuais nos países. Nenhum fascista contemporâneo reivindica Mussolini ou Hitler, embora suas ideias e práticas sejam tanto mais semelhantes à experiência histórica desses brutais ditadores quanto mais poderes eles têm. No Brasil temos correntes abertamente fascistas, integralistas e neonazistas, entretanto, em que pese que elas tenham se aproximado do bolsonarismo, nenhuma delas chegou a ocupar o poder. O bolsonarismo é, nesse sentido, aquilo que de mais próximo nós temos do fascismo histórico, não importando se seus sequazes tenham ou não consciência disso. É certo que muitos bolsonaristas tem a clareza do campo ideológico em que atuam, principalmente aqueles diretamente formados pelo astrólogo Olavo de Carvalho. No entanto, ainda precisamos de mais elementos

para entendermos o modo como as ideologias fascistas se imiscuíram na extrema direita, quais são os sujeitos principais desse movimento e seus alcances têm termos potenciais de virem a se transmutar de ideologia para movimento que amacem o regime liberal burguês.

15 -Retomando o tema da extrema-direita no Brasil. Como você analisa o fenômeno do bolsonarismo?

CZ: Há cinco anos o termo bolsonarismo não existia, muito embora haja quase um consenso de que a falta do nome não implicava na falta da coisa. O bolsonarismo sempre existiu no Brasil como o comportamento recalcado de setores reacionários submetidos a processos de constrangimento em curso no período da redemocratização. É claro que vamos encontrar comportamentos autoritários anteriores à ditadura, mas o bolsonarismo só pode ser entendido como filho ressentido dos viúvos e viúvas da Ditadura Militar que se encontram com o tradicionalismo ocidentocêntrico representado pelo olavismo. Com efeito, da fusão dos elementos mais ressentidos do pós-ditadura com o pensamento protofascista do astrólogo da Virgínia, falecido em 2021, se conforma o bolsonarismo, que por sua vez é coisa mais próxima do fascismo que temos na história do Brasil desde o integralismo e os primeiros anos do Estado Novo. O bolsonarismo muito dificilmente sobrevive como corrente institucional, considerando que o personagem que lhe nomeia, que nunca liderou um projeto e nunca foi alguém importante, parece ser incapaz de representar um movimento por dentro das instituições. Entretanto, se não é capaz de ser uma força institucional, ainda mais após os eventos de 8 de janeiro, o bolsonarismo pode ter uma sobrevida como movimento radical com potencial de desenvolver ações terroristas. É claro que a possibilidade desse movimento fincar raízes na política brasileira vai depender de muitas coisas, inclusive da capacidade das instituições de reprimirem os movimentos que possam atentar contra o estado democrático

de direito, mas hoje essa possibilidade de sobrevivência do bolsonarismo existe e precisa ser acompanhada atentamente pelos partidos e movimentos sociais, que devem operar estruturando uma vigilância permanentemente antifascista de modo a pressionar as instituições a atuar na autodefesa da classe trabalhadora.

16 - A esquerda venceu a eleição com Luís Inácio Lula da Silva, mas o presidente assumiu sob uma tempestade, com pressões neoliberais e golpistas. Como você vê esse começo do governo Lula?

CZ: A esperança representada pela eleição de Lula e toda a movimentação que se viu no dia da posse, quando o povo brasileiro foi representado na passagem da faixa, anuviou um pouco a capacidade dos movimentos sociais enxergarem o perigo representado pelos acampamentos nas portas dos quartéis. Aliás, era mais do que esperado que o bolsonarismo ia tentar alguma ação espetacular. Como não foi enfrentado da forma correta e contou com parcimônia e conivência das instituições, inclusive do governo Lula, que preferiu conciliar com os militares nomeando um conservador e amigo de Bolsonaro para dirigir a Defesa, mesmo sem condições ou lideranças capazes de levar a tentativa de golpe à vitória, o bolsonarismo atingiu em cheio os símbolos da democracia brasileira, ao depredar de forma violenta as sedes dos três poderes. É claro que a intentona protofascista, como não obteve êxito, chamou contra si as instituições e uniu figuras improváveis na condenação dos atos golpistas, isso tudo sob a liderança de Lula. Não obstante, se as autoridades responsáveis e as instituições tergiversam em reprimir e condenar os golpistas, esse movimento, que pode se dispersar, mas não deve desaparecer, pode se fortalecer e retornar nos próximos anos, muito especialmente se o governo Lula encontrar as dificuldades que todos antevemos no campo social e econômico. Por conta disso, para que seja capaz de apresentar um contraponto às pressões neoliberais e aquelas que estão abrigadas no interior

do governo em virtude do amplo arco de alianças formado em torno da frente ampla, Lula precisa ir além do discurso, que diga-se de passagem, para o que conhecemos de Lula, está bastante mais à esquerda em comparação aos seus dois governos. Será preciso estimular os movimentos sociais para que estes se organizem com autonomia, sendo capazes de, ao mesmo tempo, exercerem uma vigilância sobre o fascismo, não descuidarem de pressionar o governo para que este venha à esquerda, caminhando ao lado dos trabalhadores sem operar para a sua desorganização. Isso precisa ser feito porque me parece que foi justamente o que faltou nos governos de Lula e de Dilma, que operaram abertamente para desmobilizarem os setores conscientes da classe trabalhadora em função da perspectiva de que seus anseios seriam todos representados pelos governantes e os governistas dos movimentos sociais. É isso o que não pode acontecer novamente e, pelo que tenho percebido, essa lição pode ter sido de alguma forma aprendida.

17 - Que perspectivas você vislumbra para universidade no contexto do novo governo?

CZ: Durante as eleições, eu costumava dizer que faltava ao bolsonarismo alcançar três seguimentos da sociedade no curso do processo de fascistização do regime que era almejado pelo governo anterior. Para mim estava claro que enquanto não controlasse o STF, a imprensa e as universidades, o bolsonarismo teria muita dificuldade de formar as bases para se converter de ideologia em movimento e de movimento em regime. As universidades foram, nos últimos anos, a reserva de consciência que faltou quando a classe trabalhadora foi desorganizada e em seguida derrotada sucessivamente a partir de determinado momento das Jornadas de Junho, com o golpe de 2016 e com a ocupação das ruas pela extrema direita, que passou a hegemonizar os setores médios a partir de 2015. Sem os trabalhadores ativos e organizados e com os movimentos sociais

praticamente paralisados, a oposição ao processo de fascistização do Brasil foi encampado pelo STF, pela imprensa e pela universidade. Contudo o STF e a imprensa tinham sido protagonistas do golpe de 2016, de modo que só poderiam ser percebidos como confiáveis numa aliança tática contra o fascismo. As universidades, por sua vez, ainda mais num contexto em que vinham de um processo de popularização incrementado por investimento público e pelo ingresso de negros e negras que transformaram a feição da educação superior pública no Brasil, representavam o bastião de crítica e resistência que precisava ser superado por quem almejasse fascistizar o regime. Com efeito, as universidades comeram o pão que o diabo amassou ao longo dos quatro anos do governo Bolsonaro. Nesse período, houve estrangulamento financeiro, professores e professoras foram assediados, uma cultura do medo foi instalada e interventores foram impostos como forma de se testar os limites da resistência nas instituições. A universidade não se dobrou e muito embora aqui e ali o bolsonarismo tenha logrado maiores êxitos, o fato é que a universidade resistiu bem à investida truculenta e autoritária da extrema direita, sendo parte fundamental do esforço que levou Lula à vitória em 30 de outubro de 2022. Talvez por isso, antes mesmo de completar um mês de mandato, e em meio a todo o tumulto provocado pela crise militar e pela tentativa de golpe de 8 de janeiro, Lula se reuniu com os reitores prometendo reinstituir as conversas com esse setor fundamental da sociedade. Devemos aplaudir tal iniciativa, precisamos fortalecer as direções das instituições de ensino superior, mas não podemos delegar aos reitores, ao ministro da educação ou a Lula a tarefa de lutarem pelas pautas históricas encampadas pelo movimento docente, discente e de técnicos-administrativos. Assim, retomar o papel de organizar os segmentos universitários, estimulando as reuniões de cada setor em separado e em seguida as plenárias conjuntas, é um modo eficaz de seguir exercendo a vigilância pela democracia, sem abdicar da crítica e das exigências de expansão do financiamento e retomada

do desenvolvimento que passe pelo investimento público em educação, ciência tecnologia.

O autor

Fábio José Cavalcante de Queiroz

Universidade Regional do Cariri